

158

184



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Bartolomeu Bueno  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 116741-5  
COMARCA: RECIFE – 4ª VARA CÍVEL  
APELANTE: FLÁVIO CARLOS DE OLIVEIRA  
APELADO: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A  
RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE RESSARCIMENTO – PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, DE PRESCRIÇÃO E DE NULIDADE PROCESSUAL POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA REJEITADAS POR UNANIMIDADE - MÉRITO: ACIDENTE DE TRÂNSITO –COLISÃO PELA TRASEIRA - PRESUNÇÃO DE CULPA – EXEGESE DO ART. 29, II DO CTB - SUB-ROGAÇÃO DA SEGURADORA NOS DIREITOS DO SEGURADO — SENTENÇA MANTIDA – APELAÇÃO IMPROVIDA - DECISÃO UNÂNIME.

R  
57116

**Preliminar de ilegitimidade ativa:**

Apesar de não haver cópia do contrato de seguro entre Mário Ítalo e a Unibanco AIG, há extensa documentação nos autos que corroboram a existência de contrato de seguro entre ambos como o Aviso de Sinistro, a Ficha de Análise cujos dados do veículo coincidem com os apostos no Boletim de Ocorrência, entre outros documentos que carregam os autos. Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

**Preliminar de prescrição:**

O conflito é entre a seguradora e o terceiro apontado como causador do dano. A empresa seguradora, ora Apelada, sub-roga-se nos direitos do segurado, passando a ser titular do direito de reparação pelos prejuízos.

Destarte, o prazo prescricional não seria de um ano, mas sim de três anos para promoção da ação de ressarcimento consoante inteligência do art. 206, § 3º, inciso V, do CC/02. Logo, não há que se falar em prescrição.

Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

M

159

188

### Preliminar de cerceamento do direito de defesa:

O Réu, ora Apelante, foi regularmente citado para a Audiência de Conciliação. O mandado é extremamente claro sobre a incidência dos efeitos da revelia caso o Réu não cumprisse a exigência de comparecer e apresentar a contestação na referida audiência. Além disso, como preceitua o art. 3º da LICC, ninguém pode se escusar do cumprimento da lei, alegando que não a conhece.

O professor Humberto Theodoro Júnior, na sua obra Curso de Processo Civil, vol. 1, ao lecionar sobre a resposta no procedimento sumário, afirma que esta "será manifestada por advogado, de modo que se a parte comparecer mas não se fizer acompanhada de advogado, incorrerá em revelia".

Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

### Mérito:

O exame gravita em torno de saber se aquele que abalroa outro veículo pela traseira possui o dever de reparar civilmente o outro veículo.

A questão colocada em discussão não suscita dúvidas. O Código de Trânsito Brasileiro afirma com nitidez no seu art. 29, inciso II: "Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas: (...) II - o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas".

Dessa forma, é um dever do motorista diligente manter distância do veículo frente capaz de evitar colisões caso necessite acionar freios em situações inesperadas. Trata-se de mera aplicação de conhecimentos de direção defensiva. Além disso, tal preceito consolidado pelo CTB tem sido transmitido nos cursos de atualização e dos que constituem etapa obrigatória para lograr a Carteira Nacional de Habilitação, exigidos pelo DETRAN. O Apelante não pode alegar desconhecimento da referida norma.

Inaceitável também é a tentativa do Apelante de se eximir da responsabilidade, transferindo a culpa para a motorista que freou primeiro. Cabia a ele ser diligente e manter distância de segurança de que fala o diploma supracitado.

A jurisprudência do Colendo Tribunal Superior de Justiça e de outros Tribunais apontam que a presunção de culpa quando se trata de colisão pela traseira é do condutor de trás. (STJ - REsp 198196 / RJ - 4ª Turma - Rel. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA. DJ 12.04.1999), (TAMG - AC nº 398.209-8 - Rel. Juiz Armando Freire. DJ 07.08.2003).

Apelação improvida. Sentença mantida. Decisão unânime.

91

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos da Apelação Cível nº 116741-5, em que figuram como Apelante FLÁVIO CARLOS DE OLIVEIRA e como Apelada UNIBANCO AIG SEGUROS S/A, ACORDAM, em 3ª Câmara Cível, os

160

189

Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o seguinte: "*À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de ilegitimidade ativa. À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de prescrição. À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de nulidade do processo por cerceamento do direito de defesa. Mérito: À unanimidade de votos, negou-se provimento à apelação, nos termos do voto da turma*", tudo de acordo com os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15.10.2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 7 - 12 - 2009



Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

144  
mgp  
190

APELAÇÃO CÍVEL Nº 116741-5  
COMARCA: RECIFE – 4ª Vara Cível  
APELANTE: FLÁVIO CARLOS DE OLIVEIRA  
APELADO: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A  
RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Apelação interposta pela parte Ré **FLÁVIO CARLOS DE OLIVEIRA** contra sentença (fls.79/80) prolatada pelo juízo da 4ª Vara Cível da Comarca do Recife que, nos autos da Ação de Ressarcimento, processo nº 001.2003.054892-7, condenou o Réu, ora Apelante, a pagar a quantia de R\$ 3.055,29 (três mil e cinquenta e cinco reais e vinte nove centavos), a título de ressarcimento pelo prejuízo arcado pela Autora por força do contrato de seguro de veículo. Condenou também ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios à base de 10% do valor da condenação.

198  
O Apelante, em sede do referido recurso, levantou preliminarmente a prescrição da ação, a ilegitimidade ativa da Apelada e ocorrência de cerceamento de defesa, o qual acarretaria a nulidade da sentença.

Argüiu, no mérito, que a culpa pelo acidente e conseqüentemente pelo prejuízo causado ao segurado da Apelada não foi do Apelante, mas sim da condutora Janaína Maciel Pellerim, a qual teria freado bruscamente causando o "engavetamento" dos outros veículos.

Destarte, pugna, ao final, pelo provimento do presente recurso para reforma integral da referida sentença.

O Apelado apresentou as contra-razões (fls. 109/117), onde rebate os argumentos deduzidos no apelo, requerendo, por fim, o improvimento do apelo, sendo mantida incólume a sentença recorrida.

145  
mgpl  
H

191

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 8-4-2008

*B. ferns*

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO  
RELATOR**

161

192



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 116741-5

COMARCA: RECIFE – 4ª Vara Cível

APELANTE: FLÁVIO CARLOS DE OLIVEIRA

APELADO: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**VOTO PRELIMINAR – CERCEAMENTO DE DEFESA**

Afirma o Apelante que houve cerceamento de defesa no momento em foi prolatada a sentença sem a oitiva do réu. Defende que apesar de ter comparecido a audiência de conciliação sem companhia de advogado e sem está munido da contestação, a decretação de revelia não se mostra adequada.

Ademais argumenta que o fato ter comparecido a audiência demonstra o seu ânimo de se defender e portanto deveria o Magistrado *a quo*, ter adiado a audiência e nomeado um defensor dativo para o Apelante. Somente, dessa forma, preservados seriam os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Requer, então, a declaração de nulidade da sentença atacada e o retorno dos autos ao juízo de 1º grau para o prosseguimento do feito.

Assim como as preliminares já discutidas, esta também não se sustenta.

O Réu, ora Apelante, foi regularmente citado para a Audiência de Conciliação conforme documentação às fls. 75. O mandado era extremamente claro sobre a incidência dos efeitos da revelia caso o Réu não cumprisse a exigência de comparecer e apresentar a contestação na referida audiência. Além disso, como preceitua o art. 3º da LICC, ninguém pode se escusar do cumprimento da lei, alegando que não a conhece.

O professor Humberto Theodoro Júnior, na sua obra Curso de Processo Civil, vol. 1, ao lecionar sobre a resposta no procedimento sumário, afirma que esta “será

31

162

193

manifestada por advogado, de modo que se a parte comparecer mas não se fizer acompanhada de advogado, incorrerá em revelia".

Por derradeiro, sobre a revelia nas circunstâncias acima, pontifica a Jurisprudência:

"EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA - RITO SUMÁRIO - RÉU DESACOMPANHADO DE ADVOGADO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - NÃO APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. Restam consubstanciados os efeitos da revelia, no caso do réu ter sido regularmente citado com as advertências legais e comparece à audiência desacompanhado de advogado, não oferecendo, portanto, defesa".

(TAMG- 4ª Câm – Ap. 461.383-4 - rel. Juiz Nilo Nivio Lacerda, j. 10.11.2004)

"EMENTA: Sumário. Comparecimento à audiência sem advogado e sem apresentação de resposta. Revelia. Observado o prazo do CPC 277, não há lugar para a alegada dificuldade em contratar advogado. Menos ainda cabíveis os argumentos de que são 'desconhecidos dos trâmites processuais', porque do mandado constou ficarem os réus cientes de que 'não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir, ou não se defendendo, inclusive por não ter advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial" (2º TACivSP, 10ª Câm., Ap 610965-0/1, rel. Juiz Nestor Duarte, v.u., j. 22.8.2001).

"EMENTA: COBRANÇA - TAXAS DE CONDOMÍNIO - PROCEDIMENTO SUMÁRIO - AUSÊNCIA DE ADVOGADO NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE CONTESTAÇÃO - REVELIA CARACTERIZADA.

No procedimento sumário resta caracterizada a revelia quando o réu, citado com as advertências legais, comparece

31

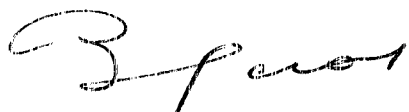
163  
194

desacompanhado de advogado à audiência de conciliação e não oferece defesa, já que a prática de tal ato é reservada aos profissionais regularmente habilitados, eis que apenas estes possuem capacidade postulatória". (TAMG -- 1 Câm. Ap. 303.115-4, rel. Juiz Silas Vieira, j. 29.2.2000).

Ante exposto, **REJEITO** a preliminar levantada.

É como voto.

Recife, 10-10-2008



**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

**RELATOR**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 116741-5

COMARCA: RECIFE -- 4ª Vara Cível

APELANTE: FLÁVIO CARLOS DE OLIVEIRA

APELADO: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**VOTO PRELIMINAR – PRESCRIÇÃO**

---

O apelante levantou preliminar alegando que houve prescrição do direito de ação do Apelado, visto que transcorreu mais de um ano entre a data de conhecimento do sinistro (04 de setembro de 2002) e a data de propositura da demanda (17 de outubro de 2003). Sustenta o Apelante que conforme a dicção do art. 206, inciso II, b, do CC/02, o lapso prescricional seria de um ano.

Todavia, a preliminar levantada não deve subsistir, uma vez que inciso II do dispositivo supramencionado relata as hipóteses que envolvem pretensões do segurado contra o segurador ou vice-versa. No caso sob exame, o conflito é entre a seguradora e o terceiro apontado como causador do dano. A empresa seguradora, ora Apelada, sub-roga-se nos direitos do segurado, passando a ser titular do direito de reparação pelos prejuízos.

Destarte, o prazo prescricional não seria de um ano, mas sim de três anos para promoção da ação de ressarcimento consoante inteligência do art. 206, § 3º, inciso V, do CC/02. Logo, não há que se falar em prescrição no caso concreto.

Ante exposto, **REJEITO** a preliminar levantada

É como voto.

Recife, 11 - 10 - 2008

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

**RELATOR**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 116741-5

COMARCA: RECIFE – 4ª Vara Cível

APELANTE: FLÁVIO CARLOS DE OLIVEIRA

APELADO: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**VOTO PRELIMINAR – ILEGITIMIDADE ATIVA**

Arguiu o Apelante que a Apelada não possui legitimidade ativa para promover a presente ação porque não juntou aos autos documentação que comprovasse o seu vínculo com o segurado Mário Ítalo Pereira Matos. Sob esse diapasão, afirma que estão ausentes o contrato de seguro e a respectiva apólice, devendo a presente ação ser extinta sem resolução de mérito com fulcro no art. 267, inciso VI do CPC.

A presente preliminar também não merece prosperar. Apesar de não haver cópia do contrato de seguro entre Mário Ítalo e a Unibanco AIG, há extensa documentação nos autos que corroboram a existência de contrato de seguro entre ambos como o Aviso de Sinistro às fls. 42, a Ficha de Análise às fls. 43 cujos dados do veículo coincidem com os apostos no Boletim de Ocorrência às fls. 35, entre outros documentos que carregam os autos.

Ante exposto, **REJEITO** a preliminar levantada

É como voto.

Recife, 15-10-2008

**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**

**RELATOR**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 116741-5

COMARCA: RECIFE – 4ª Vara Cível

APELANTE: FLÁVIO CARLOS DE OLIVEIRA

APELADO: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**VOTO DE MÉRITO**

---

A discussão estabelecida na Apelação sob exame gravita em torno de saber se aquele que abalroa outro veículo pela traseira possui o dever de reparar civilmente o outro veículo.

A questão colocada em discussão não suscita dúvidas. O Código de Trânsito Brasileiro afirma com nitidez no seu art. 29, inciso II:

“Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:

(...)

II\_ o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas”

Dessa forma, é um dever do motorista diligente manter distância do veículo frente capaz de evitar colisões caso necessite acionar freios em situações inesperadas. Trata-se de mera aplicação de conhecimentos de direção defensiva. Além disso, tal preceito consolidado pelo CTB tem sido transmitido nos cursos de atualização e dos que constituem etapa obrigatória para lograr a Carteira Nacional de

10-18  
BT

167  
198

Habilitação, exigidos pelo DETRAN. O Apelante não pode alegar desconhecimento da referida norma.

Inaceitável também é a tentativa do Apelante de se eximir da responsabilidade, transferindo a culpa para a motorista que freou primeiro. Como já mencionado, cabia a ele ser diligente e manter distância de segurança de que fala o diploma supracitado.

A jurisprudência do Colendo Tribunal Superior de Justiça e de outros Tribunais apontam que a presunção de culpa quando se trata de colisão pela traseira é do condutor de trás. Nesse sentido:

EMENTA: CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO PELA TRASEIRA. PRESUNÇÃO DE CULPA DO MOTORISTA QUE ABALROA POR TRÁS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DOUTRINA. REEXAME DE PROVA. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

- Culpado, em linha de princípio, é o motorista que colide por trás, invertendo-se, em razão disso, o "onus probandi", cabendo a ele a prova de desoneração de sua culpa.

(STJ – REsp 198196 / RJ – 4ª Turma – Rel. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA. DJ 12.04.1999)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - ACIDENTE ENTRE VEÍCULOS - COLISÃO POR TRÁS - CULPA DO CONDUTOR DO VEÍCULO QUE COLIDE CONTRA A TRASEIRA - PRESUNÇÃO JURIS TANTUM - DISTÂNCIA DE SEGURANÇA - RESPONSABILIZAÇÃO - DEVER DE RESSARCIMENTO DOS DANOS MATERIAIS CAUSADOS. Nos casos em que é verificada a colisão por trás, pesa sobre o condutor do veículo que colide contra a traseira do outro, a presunção de culpa pelo evento danoso. Tal fato se justifica, pois aquele que conduz atrás de outro veículo deve manter distância de segurança, velocidade compatível para o local e a prudência necessária a evitar a colisão no caso de uma parada repentina do primeiro. O condutor do veículo que foi colhido por trás não pode ser considerado responsável se restou verificado nos autos que

199 168

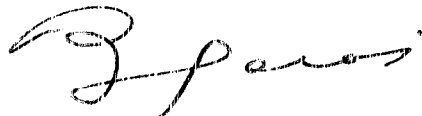
sua parada repentina foi necessária a evitar uma colisão com táxi que trafegava logo à frente e parou abruptamente para pegar passageiro.(TAMG – AC nº 398.209-8 – Rel. Juiz Armando Freire. DJ 07.08.2003).

Não há nos autos prova que elida a presunção de que o Apelante é o responsável pelo prejuízo, de forma que a Apelada, sub-rogada nos direitos do segurado conforme a dicção do art. 786 do CC/02, tem direito ao ressarcimento pelos prejuízos valorados em R\$ 3.055,29 (três mil e cinqüenta e cinco reais e vinte nove centavos).

Face ao exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de Apelação, mantendo incólume os termos da sentença atacada.

É como voto.

Recife, 11 - 10 - 2008



**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**  
**RELATOR**

153

200



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE E RELATOR)

Peço o voto de revisão.

---

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (REVISOR)

Também rejeito a preliminar.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Também rejeito.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA".

---

*f*

154  
21

201



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE E RELATOR)

Peço o voto do Desembargador Milton Neves.

---

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (REVISOR)

Também entendo, Presidente, que o prazo de prescrição realmente é de três anos, conforme está exposto na Lei, art. 206 do Código Civil e, em razão disso, com esses mesmos fundamentos acompanho o voto de Vossa Excelência, rejeitando a preliminar de prescrição.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Também rejeito.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO".

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE E RELATOR)

Peço o voto de revisão.

---

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (REVISOR)

Também não vejo como acolher essa preliminar. Também rejeito.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

De acordo.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA".

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (PRESIDENTE E RELATOR)

Peço o voto do Desembargador Milton José Neves.

---

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (REVISOR)

Em revisão, acompanho o voto de Vossa Excelência.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

De acordo.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

---